



## CARTA DO RIO DE JANEIRO

### PROPOSTA PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO

As empresas transnacionais, as corporações financeiras e as agências multilaterais, assim como seus ideólogos e representantes políticos, já desenharam sua cidade ideal. É a cidade globalizada, associada aos mercados globais por fluxos e hierarquias; uma cidade submetida aos interesses daqueles poucos que controlam e regulam os mercados desde seus escritórios nas metrópoles centrais. Concebida e gerida como se fosse uma grande empresa, esta cidade se moveria num mundo competitivo. Suas estruturas de governo espelhariam a gestão empresarial. *Marketing*, competitividade, pragmatismo, flexibilidade, centralização das decisões deveriam ser as virtudes da gestão urbana.

Dirigida por administradores-empreendedores, livre de qualquer controle público, ávida por parcerias público-privadas, esta cidade deve mostrar-se competitiva na oferta de vantagens e favores para atrair investimentos e capitais externos, turistas e mega-eventos. Orientada para e pelos mercados, a cidade neo-liberal é simultaneamente condição e consequência dos ajustes estruturais impostos pelo receituário difundido mundialmente pelos consultores internacionais, manuais do FMI, Banco Mundial e outras agências multilaterais.

#### **Consequências perversas**

Suas perversas consequências já são evidentes. Mais desigualdade, mais desemprego, pobreza crescente, degradação da qualidade de vida para milhões, injustiça e crise ambientais, aumento da violência, criminalização dos pobres, frustração e desespero. Grupos vulneráveis, minorias étnicas e culturais, imigrantes e mulheres sofrem particularmente, por causa da discriminação que vem se somar a suas já miseráveis condições.

A nova ordem e paisagem urbanas estão presentes em todo o mundo. O tecido urbano é progressivamente destruído. Neste modelo de cidade, desaparecem os espaços de diversidade e encontro que haviam sido construídos pelos trabalhadores nos bairros populares e, algumas vezes, no coração mesmo da cidade moderna. Estes são arrasados ou transformados por operações de emburguesamento, limpeza étnica e social. Com eles, desaparece também a rica vida cultural e política que foi a marca de muitos bairros populares e operários, centros históricos e áreas portuárias.

Assim, a cidade se transfigura numa aglomeração de cidadelas para os ricos, enclaves para as classes médias, bairros vulneráveis para as classes trabalhadoras e guetos para os mais pobres e grupos discriminados. Novas formas de controle sobre as classes trabalhadoras são

desenvolvidas, resultando no aumento da criminalização daqueles que, em desafio ao pensamento único neoliberal, lutam por mudanças sociais e na cidade.

Agudizam-se as desigualdades herdadas da cidade moderna construída ao longo do século XX. E o fracasso das políticas focalizadas para “aliviar a pobreza” não pode mais ser escondido por novos e reiterados apelos à filantropia empresarial e à moralização do espaço público. Já não provocam qualquer emoção ou surpresa novos relatórios e documentos internacionais ricos em frases e conclamações vazias, mas pobres em análises das causas da pobreza e da desigualdade e, sobretudo, carentes de propostas efetivas de combate à concentração da riqueza e do poder, tanto em escala internacional, como na escala de cada país, cada região, cada cidade.

### **Problemas agudizados pela crise**

Bastou a última crise financeira para cair definitivamente a máscara dos neo-liberais. Diante das dificuldades do capital financeiro, decorrente entre outras coisas da financeirização da cidade, “redescobrem” a importância da intervenção estatal! Banqueiros e especuladores batem às portas do tão caluniado estado... e em dois meses de crise, os governos consagraram mais recursos ao capital financeiro em dificuldades que em décadas do tão decantado “combate à pobreza”.

Tendo por origem a mercantilização e financeirização ilimitada das cidades, a crise se rebate sobre estas mesmas cidades: mais desemprego, mais trabalhadores sem teto, mais desigualdade.

Apesar deste novo e retumbante fracasso da cidade neo-liberal, as grandes corporações e as agências multilaterais não têm nada a oferecer a não ser mais do mesmo. Especuladores imobiliários e grandes capitais clamam pela necessidade de novos e mais generosos subsídios, por mais e mais generosas parcerias público-privadas. Em troca, ainda e sempre, a promessa de “aliviar a pobreza”. Em muitos países, tanto no centro quanto na periferia, a falência fiscal programada do estado continua alimentando a dívida pública que consome parcelas crescentes do orçamento público. E no contexto de uma nova e perversa distribuição desigual dos ônus da crise, a cidade se reafirma como lugar da produção e reprodução da desigualdade e da pobreza urbanas.

### **Único objetivo do capital: mais lucros**

Num último e lamentável esforço, as elites lançam mão de uma sistemática política de “despolitização” da cidade, buscando transubstanciar cidadãos em consumidores, em “acionistas” da cidade, ou em “pobres” e “carentes”. Ou, ainda, em platéia dos mega-eventos da cidade-espetáculo, torcedores e admiradores de um mundo do qual não participa a imensa maioria dos cidadãos, menos ainda nos países periféricos.

Mas isto não é tudo. Há muito mais, que não aparece nas conferências oficiais nem nos relatórios globais. Mundo afora vêm brotando alternativas a este modelo de cidade. Em muitas cidades com governos progressistas, populares e democráticos, mas também em bairros e comunidades dentro de cidades sob hegemonia neo-liberal.

Não se trata de um modelo alternativo, mas de alternativas ao modelo, baseadas em valores e objetivos diferenciados, em outros ideais de cidade, numa urbanidade e num planejamento urbano insurgentes, que desafiam e contrariam o mercado, ao invés de servi-lo subservientemente. Trata-se, sobretudo, de resistência, mas uma resistência ativa, positiva, criativa, que aponta novos caminhos e possibilidades.

### **Universalizar as lutas sociais**

Apesar de sua riqueza e universalidade, raramente tais experiências têm sido olhadas e pensadas como um processo qualitativamente novo e, sobretudo, como uma dinâmica abrangente, capaz de oferecer novas maneiras de desafiar a agenda urbana dominante. Raras têm sido as oportunidades de reunir militantes das lutas urbanas entre si e com pesquisadores, planejadores, urbanistas progressistas. Poucas vezes temos conseguido somar e associar estas pessoas e coletivos, movimentos e organizações que, em muitas cidades e países, fazem a crítica prática da cidade neo-liberal e dos pesquisadores e planejadores que fazem a crítica teórica e cultural do pensamento único urbano.

Por isso, estamos agora desafiados a dar um novo passo: construir e estruturar um forte movimento que cimente nossa solidariedade internacional e nos ajude a coletar, organizar e difundir nossas conquistas. Conquistas tanto no campo das lutas e experiências concretas, quanto no campo das lutas culturais e nos embates teórico e conceituais, na afirmação de novas metodologias de planejamento urbano.

Já é tempo de dar maior e mais consistente repercussão internacional a nossos esforços comuns e começar a unificá-los no sentido de construir cidades mais democráticas, social e ambientalmente justas, comprometidas simultaneamente com a igualdade e o direito às diferenças, igualitárias e diversas.

**Os movimentos, organizações e indivíduos, reunidos no 1º Fórum Social Urbano, no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março, após muitos debates e uma rica troca de experiências, convocam todos os que lutam contra a cidade neo-liberal, a serviço do mercado e do capital, a unirem-se, solidários, num movimento internacional pelo DIREITO À CIDADE, pela DEMOCRACIA E JUSTIÇA URBANAS. Ao fazer esta convocação, reafirmamos nossos princípios e compromissos fundamentais.**

### **Nossas certezas e esperanças**

**Nós acreditamos** que é possível construir cidades diferentes, acolhedoras para seus moradores ao invés de acolhedoras para o grande capital. Cidades amigáveis para suas populações e suas necessidades antes de serem amigáveis para o mercado e suas imposições;

**Nós acreditamos** que, sob a égide da participação organizada e autônoma dos cidadãos, através de seus movimentos e organizações, é possível elaborar e implementar políticas e planos que promovam a eliminação das grandes disparidades de riqueza e poder nas nossas sociedades;

**Nós acreditamos** que os acadêmicos e profissionais devem contribuir para a construção da ação coletiva e devem dar apoio aos trabalhadores e residentes urbanos em geral para que tomem seus destinos e os destinos de suas cidades em suas próprias mãos.

**Nós estamos comprometidos** a lutar pela garantia do direito à cidade, entendendo este como um direito coletivo de todas as pessoas a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual, assim como de preservarem sua memória e identidade cultural.

**Nós estamos comprometidos** a nos opor a toda e qualquer forma de discriminação racial, econômica, de gênero, de orientação sexual e à religiosa;

**Nós estamos comprometidos** a lutar por políticas habitacionais que assegurem moradia digna, em áreas urbanas infra-estruturadas e próximas aos mercados de trabalho e demais equipamentos urbanos;

**Nós estamos comprometidos** a lutar contra as remoções e despejos forçados, que, encobertos seja por uma retórica ambiental, seja por chamados à ordem, seja por discursos desenvolvimentistas ou patrióticos, muitas vezes associados a mega-eventos, favoreçam a especulação imobiliária, o capital e os governos de plantão.

**Nós estamos comprometidos** a lutar pela garantia da função social da propriedade e da cidade.

**Nós estamos comprometidos** a lutar pela urbanização e regularização fundiária dos bairros populares e assentamentos ocupados por populações de baixa renda ou vulneráveis e pelo fomento à implementação de atividades econômicas que favoreçam o cooperativismo e a economia solidária.

**Nós estamos comprometidos** a lutar pelo transporte público de qualidade, pela tarifa única e integrada nas regiões metropolitanas, com tarifas populares e pelo incentivo à utilização de meios de transportes não poluentes.

**Nós estamos comprometidos** a lutar contra todas as formas de criminalização dos pobres, dos trabalhadores e moradores de rua, imigrantes, dos que ocupam imóveis ociosos para morar ou para desenvolver atividades econômicas de que depende a sobrevivência de suas famílias. E nos comprometemos também a lutar contra todas as formas de criminalização dos movimentos e lutas sociais, na cidade ou no campo.

**Nós estamos comprometidos** em exigir do Estado, e a lutar por controlar democraticamente, a oferta universal de serviços públicos, de qualidade e a preços acessíveis, de transporte, saneamento e saúde, educação e cultura, esporte e lazer.

**Nós estamos comprometidos** a lutar pela gestão pública dos serviços de saneamento ambiental e por sua universalização, assim como pela água como um bem público não passível de privatização.

**Nós estamos comprometidos** a lutar contra o monopólio dos meios de comunicação, hoje exercido por grandes corporações midiáticas, e assegurar sua efetiva democratização, em particular, pela liberdade das rádios e televisões comunitárias e populares, expressão da diversidade de opiniões e culturas que constituem a maior riqueza de nossas cidades.

**Nós estamos comprometidos** a lutar contra todas as formas e manifestações de injustiça ambiental e por cidades ambientalmente responsáveis.

**Nós entendemos** que a construção de uma cidade justa e igualitária é inseparável da luta pela democratização do acesso à terra pelos trabalhadores rurais, em luta por reforma agrária,

pela soberania alimentar dos povos, por práticas agrícolas ambientalmente responsáveis, pela garantia dos modos e meios de vida dos agricultores familiares e das populações tradicionais e indígenas em todo o mundo.

**Nós acreditamos** que práticas de mercado e políticas amigáveis ao mercado favorecem a degradação das condições ambientais e lutamos por políticas urbanas de economia e eficiência energéticas, reciclagem e tratamento adequado de rejeitos sólidos, líquidos e gasosos, ampliação e democratização das áreas verdes e florestas urbanas.

**Nós acreditamos** que políticas e planos urbanos, ao invés de servirem a processos de especulação e valorização de capitais privados, devem ter como fim precípua assegurar alimentação digna, vestuário, habitação, educação, saneamento básico e atendimento médico, acesso à cultura e suas múltiplas formas de expressão, plenas condições de segurança trabalhista e um ambiente saudável para todos.

**Nós advogamos** políticas públicas voltadas para atender a tais necessidades e acreditamos que seres humanos são mais importantes que mercadorias, que necessidades sociais têm precedência sobre a lógica de mercado, que cooperação e solidariedade, e não competição e o individualismo, são pedras fundamentais do comportamento social desejado.

**Nós acreditamos** que Estados Nacionais e Sub-nacionais são decisivos na busca destes objetivos. Estamos convencidos, no entanto, que suas agências e recursos devem ser submetidos ao controle popular e à participação efetiva da população nos processos decisórios, ao invés de serem colocados nas mãos de burocratas, tecnocratas ou de representantes e intermediários de interesses privados.

**E para consagrar estes princípios e compromissos coletivos:**

**1) declaramos o dia 25 de março DIA INTERNACIONAL DE LUTA PELO DIREITO À CIDADE, PELA DEMOCRACIA E JUSTIÇA URBANAS.**

**2) marcamos novo encontro para, dentro de dois anos, voltarmos a reunir, mais numerosos e mais fortes, no II Fórum Social Urbano, a realizar-se em paralelo ao próximo Fórum Urbano Mundial da UN-Habitat.**

**NOS BAIRROS E NO MUNDO, EM LUTA PELO DIREITO À  
CIDADE, PELA DEMOCRACIA E JUSTIÇA URBANAS**

**JANEIRO, 25 DE MARÇO DE 2010**

## **ATENÇÃO**

- 1) Essa é uma proposta elaborada pelos militantes de movimentos, entidades e organizações que estão participando do processo de construção do FSU no Rio de Janeiro.**
- 2) Essa proposta de texto base deve receber sugestões e emendas, principalmente de entidades de fora do Rio, tanto do Brasil quanto de outros países. As sugestões e propostas de emenda devem ser enviadas para [cartadoriofsu@gmail.com](mailto:cartadoriofsu@gmail.com).**
- 3) Uma comissão de redação final da Carta do Rio deve ser eleita na plenária geral do Fórum. Essa comissão observará as sugestões e emendas enviadas e preparará a versão final da carta.**